



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

SEÇÃO DE ESTÁGIO

EDITAL MPF/PRRS/CGP Nº 03 DE 21 DE MARÇO DE 2019

A Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, Patrícia Núñez Weber, com fundamento na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e na Portaria PGR/MPF nº 1240, de 22 de novembro de 2017, resolve abrir o 1º PROCESSO PÚBLICO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO, observadas as disposições constantes neste edital:

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada prestada por pessoa física, de forma espontânea e com objetivos cívicos, educacionais, culturais, científicos, recreativos ou de assistência social e é considerado serviço público relevante.

1.2. O serviço voluntário não gerará vínculo funcional ou empregatício e nem obrigações trabalhistas, previdenciárias ou de qualquer outra natureza.

1.3. Poderão prestar serviço voluntário quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que estejam cursando ou tenham concluído curso superior.

2. DA ÁREA DE ATUAÇÃO E DAS VAGAS

2.1. O processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas de prestador de serviço voluntário, nas áreas de atuação, atribuições e requisitos a seguir:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

ÁREA	ATRIBUIÇÕES	REQUISITOS	VAGAS
DIREITOS HUMANOS	O prestador de serviço voluntário nesta área do direito desempenhará as atividades relacionadas ao trabalho de sua formação e atuará em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, exames de autos de processos judiciais e administrativos, auxílio na elaboração de peças jurídicas e pareceres, exame de documentos e elaboração de relatórios, com ênfase em questões de Direitos Humanos e, especificamente, Direitos das Pessoas com Deficiência, Direitos das Migrações e/ou Direito de Moradia.	Quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que estejam cursando (a partir do 7º semestre) ou tenham concluído o curso de Direito.	2
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	O prestador de serviço voluntário nesta área desempenhará atividades de acompanhamento e controle do patrimônio público, acompanhamento de cálculos nos inquéritos civis, análise de documentação de licitações, análise de empresas investigadas, auxílio na análise de procedimentos e processos que envolvam temas econômicos, tributários e financeiros.	Quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que estejam cursando (partir do 6º semestre) ou tenham concluído o curso superior em Ciências Contábeis.	1
SERVIÇO SOCIAL	O prestador de serviço voluntário nesta área desempenhará atividades de acompanhamento de reuniões junto ao Procurador da República, auxiliando no atendimento de pessoas que não têm acesso à cidadania, ajudando-os a resolver problemas ligados à educação, habitação, emprego e saúde bem como no auxílio de análise de processos e procedimentos que envolvam população em situação de vulnerabilidade.	Quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que estejam cursando (a partir do 6º semestre) ou tenham concluído o curso superior em Serviço Social.	1
DIREITO CIVIL	As atribuições do prestador de serviço voluntário na área de	Quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que	



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

	Direito serão as de desempenhar as atividades relacionadas ao trabalho de sua formação, atuação em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, exame de autos, de processos judiciais e administrativos, auxílio na elaboração de peças jurídicas, exame de documentos, elaboração de relatórios e eventuais diligências.	estejam cursando ou tenham concluído o curso superior de Direito.	12
DIREITO CRIMINAL	As atribuições do prestador de serviço voluntário na área de Direito serão as de desempenhar as atividades relacionadas ao trabalho de sua formação, atuação em pesquisa doutrinária e jurisprudencial, exame de autos, de processos judiciais e administrativos, auxílio na elaboração de peças jurídicas, exame de documentos, elaboração de relatórios e eventuais diligências.	Quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que estejam cursando ou tenham concluído o curso superior de Direito.	8

3. DOS REQUISITOS

3.1. Poderá prestar serviço voluntário a pessoa física que possuir os seguintes requisitos:

- a) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- b) Estar cursando ou possuir formação completa nos cursos superiores de Direito, Ciências Contábeis, Serviço Social e Tecnologia da Informação.
- c) Encontrar-se no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos.
- d) Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais.
- d) Não possuir antecedentes criminais na Justiça Estadual e na Justiça Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

e) Não constar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

f) Não constar registro de Tomada de Contas Especial, de Prestação de Contas ou de Tomada de contas julgada irregular nos últimos oito anos em Tribunal de Contas

g) Residir no local onde pretende prestar o serviço voluntário.

4. DA CARGA HORÁRIA

4.1. A jornada semanal do prestador de serviços voluntários será de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 20 (vinte) horas.

4.2. Os dias e horários da prestação do serviço voluntário serão previamente ajustadas entre as partes, conforme a necessidade do setor onde será prestado o serviço.

4.3. A prestação do serviço voluntário ocorrerá no horário do expediente da respectiva unidade, sendo vedado o trabalho na modalidade remota.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. Os candidatos deverão efetuar a inscrição por meio do preenchimento da Ficha de Inscrição constante no **ANEXO I** deste Edital, bem como o envio da documentação que segue abaixo para o correio eletrônico: prrs-voluntario@mpf.mp.br. O período de inscrição será da data de publicação deste edital até a data final de validade do presente processo seletivo, conforme disposto no item 8.1.

5.2. Na inscrição, o candidato deverá indicar o local de interesse e a área que pretende desempenhar suas atividades no serviço voluntário.

5.2.1. As informações sobre os locais e o número de vagas relativos as áreas de atuação para o exercício do trabalho voluntário, constam no **ANEXO II** deste Edital.

5.3. A Procuradoria da República não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

falhas de comunicados, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.4. O candidato deverá anexar, de forma digitalizada, em um único arquivo, no formato “.PDF”, com tamanho máximo de 2MB (megabytes), os documentos listados abaixo, na seguinte ordem:

5.4.1. Ficha de Inscrição para Serviço Voluntário;

5.4.2. Cópia digitalizada do documento de identidade com foto e CPF;

5.4.3. Curriculum vitae; e

5.4.4. Cópia digitalizada do certificado de conclusão do curso superior ou histórico atualizado, expedido pela instituição de ensino.

5.5. As inscrições são gratuitas.

5.6. O candidato que não anexar toda a documentação relacionada ou não cumprir os requisitos da vaga terá a sua inscrição indeferida.

5.7. As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Ministério Público Federal excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

5.8. Caso seja identificado qualquer problema de ordem técnica nos sistemas da Procuradoria da República e das Procuradorias da República nos Municípios que impossibilite o envio e/ou recebimento dos documentos solicitados, será publicado, no mesmo endereço eletrônico do processo seletivo, um aviso informando data e horário em que os candidatos poderão comparecer à sede da Unidade, para apresentação dos documentos e confirmação das inscrições.

5.9. O prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato da Procuradora-Chefe, e, nesse caso, será divulgado no site <http://www.mpf.mp.br/rs/estagio-conosco>.

6. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

6.1. Os formulários de inscrição preenchidos pelos voluntários serão



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

disponibilizados ao setor solicitante.

6.2. O setor solicitante poderá convocar o voluntário para participação de entrevista pessoal e análise curricular, sendo a admissão baseada em critérios de conveniência e oportunidade.

6.2.1. O candidato que não comparecer à entrevista, na data e horário previamente agendados, será eliminado da seleção

6.2.1. Caso o candidato não seja selecionado, passará a integrar o cadastro reserva.

6.3. A Procuradoria da República reserva-se o direito de não selecionar candidatos, na hipótese de inexistirem inscritos com perfil e características desejados.

7. DA CONVOCAÇÃO E DA ADMISSÃO

7.1. O candidato selecionado será convocado, pelo telefone ou por mensagem de correio eletrônico, para adesão ao serviço voluntário, conforme o surgimento de vagas.

7.2. O candidato, quando convocado, deverá manifestar o interesse ou não à vaga nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à data do envio da mensagem de correio eletrônico, sendo considerado desistente após este prazo.

7.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

7.4. A admissão do prestador de serviço voluntário fica condicionada à investigação social, a qual será classificada como confidencial e seu conteúdo receberá tratamento de sigilo concernente a sua classificação, nos termos da legislação em vigor;

7.4.1. A investigação social de que trata este inciso será feita pela área responsável da Procuradoria da República;

7.4.2. Será reprovado na investigação social o candidato que tiver envolvimento em fatos ou atos que constituam ameaça real ou potencial ao Ministério Público Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

7.5. O prestador de serviço voluntário não poderá atuar nas causas em que, por força de lei ou em razão do interesse público, esteja prevista a atuação do Ministério Público, por qualquer dos seus órgãos e ramos, nem ter qualquer vinculação com sociedade de advogados.

7.6. O prestador de serviço voluntário não poderá possuir vínculos pessoais ou profissionais incompatíveis com o sigilo necessário ao regular cumprimento das atividades.

7.7. O prestador de serviço voluntário não poderá ser lotado para atuar sob a supervisão de cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

7.8. A admissão, limitado ao máximo de 2 (dois) anos, dar-se-á com a assinatura do Termo de Adesão, firmado entre a Procuradoria da República e o prestador de serviço voluntário.

7.9. Para a admissão, o candidato deverá apresentar:

7.9.1. Ficha cadastral, em que deverá constar uma foto 3x4;

7.9.2. Currículo atualizado;

7.9.3. Cópias dos seguintes documentos, que deverão ser conferidas com o original:

7.9.3.1. Carteira de identidade;

7.9.3.2. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

7.9.4. Comprovante de residência;

7.9.5. Comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais;

7.9.6. Certificado de conclusão do curso de superior ou histórico escolar detalhado e atualizado, expedido pela instituição de ensino;

7.9.7. Carteira profissional, no caso de profissões regulamentadas por conselhos de classe;

7.9.8. Atestado médico comprovando a aptidão para execução das atividades;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

7.9.9. Certidões dos órgãos públicos em que tenha trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado de ofício;

7.9.10. Certidões dos distribuidores criminais das Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal, dos locais em que haja residido nos últimos cinco anos, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;

7.9.11. Certidões Negativas:

7.9.11.1. Eleitoral - Certidão de Crimes Eleitorais;

7.9.11.2. Certidão de Quitação Eleitoral;

7.9.11.3. Militar – Certidão Negativa de Débitos;

7.9.11.4. Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal;

7.9.11.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

7.9.11.6. Do Conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão;

7.9.11.7. Dos entes públicos ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão; que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada a aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão.

7.9.12. Declaração de parentesco, informando se possui vínculo de parentesco com membro ou servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento de unidade.

7.10.13. O Ministério Público Federal poderá solicitar outros documentos que se façam necessários em razão do local ou da atividade a ser desempenhada pelo voluntário.

8. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O processo terá validade de 1 (um) ano a contar da publicação, no site <http://www.mpf.mp.br/rs/estagie-conosco>, do resultado das inscrições



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

deferidas, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no endereço eletrônico do Ministério Público Federal.

9.2. A prestação de serviço voluntário é condicionada à assinatura do Termo de Adesão, que trará as regras e condições relativas à realização da atividade.

9.3. O prestador de serviço voluntário não fará jus à bolsa-auxílio, ao auxílio-alimentação, ao auxílio-transporte, ou qualquer contraprestação pecuniária.

9.4. Fica assegurado ao prestador de serviço voluntário:

9.4.1. A concessão de seguro contra acidentes pessoais; e

9.4.2. A obtenção de documento emitido pela Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, ao final da prestação do serviço voluntário, com indicação do local ou locais onde o serviço foi prestado, o período, a carga horária cumprida e as atividades desempenhadas.

9.5. Aplica-se ao presente processo de recrutamento e seleção, no que couber, as disposições da Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22 de novembro de 2017.

9.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Procuradora da República no RS.

PATRÍCIA NÚÑEZ WEBER
Procuradora-Chefe da Procuradoria da República/RS



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Solicito minha inscrição, como voluntário(a), a fim de prestar serviço junto à Procuradoria da República no RS

Declaro estar ciente dos termos da Lei nº 9.608, de 18/08/1998 e da Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22/11/2-17.

1. Nome completo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Identidade: _____

CPF: _____ Sexo: () Masculino () Feminino

Estado Civil: _____ Nacionalidade: _____

Endereço Residencial: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____

Telefone Residencial: _____ Telefone Comercial: _____

Telefone Celular: _____

Preferência para contato: () residência () trabalho () celular

E-mail: _____

2. Situação Profissional Atual:

() Aposentado () Desempregado () Empregado () do Lar () Autônomo

Quais suas experiências profissionais? Descreva quais as funções exercidas e em qual(is) empresa(s)/instituição(ões).

3. Escolaridade:

Grau de instrução: _____

Área de conhecimento (curso): _____

Instituição de Ensino: _____



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

4. Possui conhecimento na área de informática, línguas ou outras especialidades? Em caso afirmativo, especifique em quais.

5. Já teve outras experiências de voluntariado? Em caso afirmativo, onde e em qual função.

6. Por que você está interessado(a) em atuar como voluntário(a)?

7. Quais as funções você gostaria de desempenhar como voluntário(a)? Especifique a(s) área(s) de sua preferência conforme distribuição constante no ANEXO II deste edital.

8. Prefere atuar de forma individual ou em grupo?

9. Se enquadra mais em trabalhos de rotina ou atividades novas?

10. Quais dias da semana você tem disponibilidade para o serviço voluntário?
() 2ª feira () 3ª feira () 4ª feira () 5ª feira () 6ª feira

11. Qual o turno disponível para o serviço voluntário?
() Manhã () Tarde

12. É servidor(a) público(a) ou empregado(a) público(a)?
() Não () Sim, pertencente ao quadro do (a) _____

13. Exerce alguma atividade em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Polícia Militar, Civil ou Federal, na advocacia pública ou privada ou nos seus órgãos de classe?
() Não () Sim. Onde e qual?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

14. Atua em causas em que, por força de lei ou em razão do interesse público, esteja prevista a atuação do Ministério Público, por qualquer dos seus órgãos e ramos?

() Não () Sim. Onde e qual? _____

15. Participa de sociedade de advogados?

() Não () Sim. Onde e qual? _____

16. Respondo ou respondi a inquérito policial, civil ou administrativo, no Brasil e/ou no exterior, até a presente data?

()

17. É cônjuge, companheiro(a) ou parente até o terceiro grau civil de algum membro ou servidor da Procuradoria da República no RS ou Procuradorias da República nos Municípios?

() Não () sim. Nome _____

Cidade/UF, _____ de _____ de 2019

VOLUNTÁRIO(A)
(assinatura)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL**

ANEXO II

LOCAL	VAGAS	ÁREA
Bagé	1	Direito – Área Cível ou Criminal
Canoas/Porto Alegre	2	Direito – Área Cível
Canoas/Porto Alegre	2	Direito – Área Criminal
Caxias do Sul	1	Tecnologia da Informação
	2	Direito Humanos
	1	Ciências Contábeis
	1	Serviço Social
Capão da Canoa	2	Direito - Área Cível
Capão da Canoa	2	Direito – Área Criminal
Pelotas	1	Direito – Área Criminal (controle externo da atividade policial)
Santo Ângelo	1	Direito – Cível ou Criminal
Santa Maria	1	Direito – Cível
	1	Direito - Criminal
Porto Alegre	1	Direito – Cível (Controle da Administração)
	1	Direito – Cível (Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão)
	1	Direito – Cível (Controle da Administração)
	1	Direito – Cível (Consumidor e Ordem Econômica)
	1	Direito – Criminal (especializado)
	1	Direito – Criminal (residual)
	1	Direito – Criminal (residual)